

Textos Brasileiros



O BRASIL ENTRE ESTRUTURAS DESFAVORÁVEIS NO LIMIAR DO TERCEIRO MILÊNIO*

Maria Helena de Amorim Wesley**

A utilização de processos sibilinos até aqui garantidores às nações do Primeiro Mundo da supremacia efetiva na vida coletiva da humanidade, apresenta atualmente sinais de alterações diante das crises e incertezas internacionais, onde as sucessivas conquistas da ciência e da tecnologia, manifestam a emergente e perturbadora realidade que países em desenvolvimento ocasionam à estabilização do consumo mundial, permeando de obrigações e reorientações nos processos produtivos e nos estilos de vida, não significando o surgimento de uma equidade social onde todos participarão do processo de consumo, com um modelo civilizatório único.

A atual crise brasileira carreada pelo enfraquecimento da organização mantenedora dos interesses localizados, configurados no controle do Congresso por setores politicamente dominantes, revelam uma sensação desconfortável, reconhecendo-se a não superação das divergências internas regionais, evidenciadas em fatos como o separatismo gaúcho; no sentir-se excluído das elites nordestinas; no ideal paulista de sozinho poder ser um país; no descuido do Estado com o Norte, onde movimentos ecológicos alardeiam a dependência mundial da preservação florestal, algumas vezes encobrendo interesses escusos e estrangeiros.

As desigualdades do desenvolvimento regional brasileiro remetem às diferenças evolutivas internacionais - provocando, vez por outra, idéias separatistas -, sugerindo a nível nacional, configuração semelhante a do cenário mundial, graças ao comportamento mimético de governos locais.

Buscando vencer a quase insuperável proclividade antropológica por comportamentos dissidentes ou extravagantes, que atualmente pouco contribuem para o entendimento ou autocohecimento cultural, cuja responsabilidade por gerar profissionais ascéticos, abrigam não raro, opiniões negativas e doentias baseadas numa concepção de inferioridade, somente agora, em face das transformações contemporâneas interferindo drasticamente no objeto das Ciências Sociais, é que esta autora se permite elaborar prolegômenos sobre a realidade nacional.

* Publicado em CADERNO SÉRIE PESQUISAS – CONTEMPORÂNEOS, nº 2, INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Abril de 1999.

-No prelo do Boletim *PLURAL* - Universidade do Equador/1999

-No prelo da V REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE – Recife/1997.

** Profa. Adjunta/UFAL E Sócia Efetiva do IHGAL.

A intenção deste ensaio tem por objetivo perceber a profunda mudança que abrange a conjuntura nacional contemporânea, focalizando as manifestações deste processo, contidas na evolução científica-tecnológica, nas depressões e no desemprego, no declínio das ideologias tradicionais e nos sistemas de valores, provocando verdadeiras crises, e, algumas vezes, o pânico e o exacerbamento místico que se opõe ao avanço da ciência.

O estilo de análise aqui efetuado não tem a vaidade de discutir os problemas a partir da abstração total do próprio sistema de valores ou a ideologia interiorizada ligada àquele sistema; a tentativa é de interpretação do senso comum que enfatiza a totalidade das idéias, atitudes e comportamentos, fundados no sistema de valores aceitos como determinadores que orientam a transformação social, embora a investida globalista atual exarada dogmaticamente como única direção do processo de desenvolvimento - compreendido como História -, apresente-se como elemento naturalmente vigoroso e implacável diante de qualquer opção contrária, inibindo a maioria dos que tentam argumentar a compreensão da crise civilizatória.

A configuração da América Latina, e dos países como o Brasil, em face da perda dos suportes institucionais desestruturados pela máquina econômica que se globaliza de forma célere, aponta alterações ínsitas aos conceitos de nação e nacionalidade diante da desterritorialização econômica-social e conseqüente enfraquecimento político expressados nos organismos internacionais que abarcam o processo de desenvolvimento econômico, geralmente olvidando a evidência do homem como sujeito da economia, e onde a civilização se apresenta com a face da penúria transfigurada pela reviravolta do cenário político-econômico contemporâneo, como conseqüência do mau uso dos recursos e da extrema rigidez do princípio do lucro.

A relativa escassez e precariedade das pesquisas conjunturais no Brasil, dão a impressão de certo hiato ou timidez das investigações teóricas, que esta autora sente, mas que jamais tentará suprir, atirando-se desarvoradamente a uma tarefa que não condiz com a individualidade física e com a área acadêmica em que labuta, cuja pertinência atém-se a comportamentos sócio-culturais, carecendo de aprofundamento nas áreas acadêmicas ligadas à Economia, ao Direito e a Sociologia, muito embora a curiosidade e a influência dos problemas conjunturais e a estabilidade econômica, diante do processo de internacionalização da economia, abram a possibilidade de utilização das suas energias profissionais para o auto-conhecimento cultural, procurando sempre manter uma conduta condizente com as limitações pessoais, o que certamente evitará um comportamento aparvalhado, presente em quem se considera dono da verdade.

A predominância de discursos sobre o gerenciamento da questão ambiental, a severidade financeira, e a produtividade, provocam a necessidade da revisão do conceito de progresso, diante do estabelecimento de normas universais das práticas comerciais que podem encobrir a intervenção dos CEPs* nas políticas de desenvolvimento e na soberania dos países em desenvolvimento, emergente na diminuição das probabilidades originada na evolução do domínio do capital financeiro sobre a economia real.

A percepção de que os CEPs decidem apenas sobre a efetuação de ordens externas não localizadas, possibilitam o surgimento de ilhas de prosperidade que se fecham em casamatas, somente acessíveis pelos meios tecnológicos, favorecendo, desta forma, a impotência ou complacência do poder público e das forças da ordem, graças a acertos entre si das congregações privadas.

A utilização de processos sibilinos até aqui garantidores às nações do Primeiro Mundo de uma supremacia efetiva na vida coletiva da humanidade, apresenta atualmente sinais de alterações diante das crises e incertezas econômicas internacionais, onde as sucessivas conquistas da ciência e da tecnologia, manifestam uma emergente e perturbadora realidade que os países em desenvolvimento ocasionam à estabilização do consumo mundial, tornando imperativa a compati-

* Centros de Poder Econômico.

bilização e até o aumento da interdependência entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, permeando de obrigações e reorientações nos processos produtivos e nos estilos de vida, não significando o surgimento de uma equidade social em que todos participariam do processo de consumo, com um modelo civilizatório único.

A responsabilidade do Brasil no fazer sua própria história, deve considerar o desequilíbrio e o colapso dos sistemas financeiros e monetários globais que sobrevieram ao desaparecimento do virtual equilíbrio do terror que caracterizou a Guerra Fria (Camillo Côrtes, 1995, p. 06), como elementos favoráveis ao surgimento de novas estratégias que podem assegurar o controle de recursos, configuradas na dilatação do estabelecimento oligárquico, perceptíveis nos debates sobre a Seguridade Social; na matança africana; na emancipação de territórios indígenas (receptáculo de reservas minerais); nas privatizações que podem encobrir com única, a maneira de solucionar a falência fraudulenta dos fundos de pensão patrocinados pelos CEPs; ou no balizamento da disputa sobre a propriedade industrial que envolve a questão tecnológica na discutível Lei das Patentes através dos organismos multilaterais presentes no FMI, no GATT e OMC.

O chamado Primeiro Mundo, constituído por um grupo de cerca de 20 nações - a maioria européias, onde se encontra 15% da população mundial-, produz algo em torno de 70% da riqueza total e seus integrantes pertencem ao que se chama cultura ocidental, com exceção do Japão (Anuário Econômico e Geopolítico Mundial, 1994), embora tenham tomado conhecimento pela FAO - durante a Conferência Mundial sobre Alimentos promovida pela ONU, realizada em Roma em novembro de 1996 -, da existência de cerca de 800 milhões de pessoas esfaimadas vivendo abaixo da linha da pobreza, delinearam perspectivas que reconhecem a alimentação como direito fundamental, porém consideraram o livre comércio como mais importante, mesmo que a defesa radical deste possa representar a morte de milhões de seres humanos. As restrições estabelecidas pelos CEPs ao provimento alimentar para todos somente como meta de aspiração, e não como obrigação, definiram a segurança alimentícia pelo acesso, disponibilidade e utilização, só viável no contexto do livre comércio mundial. Este panorama conduz à reflexão sobre a influência dos megacartéis alimentícios transnacionais que consideram a auto-suficiência alimentar como fator que extrapola o atual contexto, e onde a intervenção do governo nas atividades agrícolas de seus países é considerada como protecionismo a ser eliminado.

O alardeado crescimento demográfico pode, para esta autora, estar acobertado na falácia malthusiana de elemento provocador da perda de recursos e falta de alimentos, mas se esvai diante da constatação de que uma população numerosa pode constituir fator de desenvolvimento, na medida em que implica intercâmbio e demandas de bens.

Nos últimos anos, a experiência brasileira parece indicar um crescente consenso e uma preocupação na afirmação e na continuidade do sistema democrático no Brasil. Sabe-se, porém, da existência de vários e profundos obstáculos a serem superados, e não se pode pensar que a maioria da população tenha grandes esperanças no êxito de tal empenho.

Muitos acreditaram que com a retomada do caminho democrático, o progresso econômico seria quase natural; mas, no início desta década, vários fatos causaram fundas decepções, trazidos certamente pelas mesmas autoridades nacionais. Via de regra, o que se observa é que nos últimos cinquenta anos as estruturas econômicas sofreram uma pernicioso alteração incapacitando a busca do almejado crescimento, a menos que ocorram sérias alterações, a contrariar ideologias e interesses existentes.

Nos países de Primeiro Mundo, sobressaem duas características: primeiramente o regime democrático de governo¹, ou seja, onde as autoridades se renovam periodicamente conforme a decisão do eleitorado, e onde os direitos humanos são presumidamente respeitados pelo sistema legal. Em segundo lugar, distinguem-se por possuir uma economia de mercado que se baseia em uma estrutura industrial complexa em contínuo crescimento com grandes exportações

¹ Exigência para que um país possa integrar a Comunidade Européia. A Espanha foi excluída por não cumprir este requisito.

de manufaturas e níveis elevados de renda por habitante, atualmente cerca de 40 vezes superior à média em países mais desenvolvidos.

O mundo comunista - Segundo Mundo - de economia basicamente planificada, conta com nações industriais, com renda relativamente alta, como era o caso do bloco soviético. Entretanto não têm democracia política, nem tão pouco mercados livres e iniciativa privada, parecendo ser a causa da grave crise econômica que ora atravessam.

Finalmente, o Terceiro Mundo, onde os governos autoritários e a pobreza, incluindo-se a miséria, aparecem como as duas características predominantes, em geral associadas.

Poucos países como o Brasil possuem as condições básicas para o crescimento, contando com valiosos recursos humanos e naturais. Porém, as características do ordenamento econômico encontram-se viciadas, e caso não ocorram sérias modificações, as pretensões de assemelhar-se aos países mais adiantados, não passam de vagas ilusões. O não aproveitamento das vantagens nacionais brasileiras, pelas desvirtuações estruturais, impede de se sair da atual crise, e torna obsoleto falar de revolução produtiva, por melhor seja o propósito.

A utilização inábil dos recursos produtivos, diante da impossibilidade quer entre empresários, quer entre trabalhadores, pode ser traduzida em uma proteção exagerada da indústria de altos custos. A presença de monopólios estatais deficientes, sobretudo nos serviços públicos e na rigidez da legislação trabalhista na proteção do hipossuficiente, não condizem com as novas exigências da economia contemporânea.

O parcial isolamento econômico das regiões Norte e Nordeste, ocasiona a perda das vantagens da divisão internacional do trabalho. Os altos preços dos produtos industrializados bloqueiam as exportações que deveriam ser o meio indispensável para carrear divisas, necessárias ao crescimento e eliminação dos ciclos recessivos, e os escassos investimentos causam a desconfiança dos capitais nacionais, e com maior razão os estrangeiros, sobre o futuro econômico incerto pela hostilidade geral dos lucros e variações erráticas da política econômica.

A inflação, em tempos recentes, ao alcançar níveis exorbitantes, levou ao extremo de se considerar milagre o rebaixamento a um dígito mensal; e não se pode pretender que o Primeiro Mundo leve a sério este país, na medida em que aqueles consideram calamidade nacional a superação de um dígito anual, sem falar na vergonha da hiperinflação.

Não se chega a tal situação por acaso ou somente por maus governantes, mas também pela polivalência de interesses setoriais e ideológicos equivocados, e, supõe-se, neste sentido, que para alcançar uma ordem econômica semelhante a do Primeiro Mundo, não é suficiente afirmar a democracia. Torna-se imprescindível modificar essencialmente a estrutura econômica, a fim de destruir de forma implacável uma parte substancial de seus atuais fundamentos.

A manifestação de uma desconfiança nos resultados do próprio esforço, marca o Brasil, levando empresários e trabalhadores a buscar privilégios os protegendo da capacidade daqueles detedores de melhores potencialidades, às custas, obviamente, dos demais. Entende-se que o Estado deve garantir a responsabilidade e a participação de todos os setores econômicos. A procura pela redistribuição, causa básica do desequilíbrio monetário, alia-se à debilidade dos governos e ao descontrole fiscal, depreciando-se a excelência e o mérito desses, por considerá-los insuportavelmente elitistas.

Nas relações econômicas com o exterior predominam as idéias antiquadas acerca da substituição das importações, e o temor ao capital estrangeiro como fatores determinantes da dependência e obstáculos para a liberação

Os problemas que afligem o Brasil, são, em grande parte, comuns aos demais países latino-americanos, bastando para isso traçar um perfil do panorama político, econômico e geográfico da América Latina, com ressalvas à Cuba, Nicarágua e Panamá, face ao desafio à hegemonia norte-americana e à posição geoestratégica que ocupam.

A difusão do baixo grau de desenvolvimento econômico-social do Brasil, da evidente dependência econômica, e das desigualdades regionais, acumulam-se desde a colonização; acentuam-se após os dois grandes conflitos mundiais, intensificam-se com a ruptura do regime militar e na inaptidão da maioria dos dirigentes políticos que sucederam, e evidenciam-se com o atual cenário de transformações do pós-Guerra Fria, cuja evolução no terceiro milênio, conforme Camillo Côrtes (1995), configurará a existência de três Centros de Poder Econômico: os Estados Unidos, o Japão e a União Européia, com provável oposição entre os dois primeiros, enquanto a União Européia se preocupará com a possível hegemonia germânica; surgimento e vinculação a cada um dos três Centros de Poder Econômico, de potências regionais; globalização da economia, sem o estabelecimento do sistema de livre comércio devido à consolidação de blocos regionais e da prática de comércio gerenciado; e, substituição das vantagens naturais pelas vantagens criadas pelo homem, principal consequência da Terceira Revolução Industrial na atividade econômica das nações.

Na complexidade deste cenário, o fenômeno econômico representa apenas uma parte, visto que a política econômica do Continente Americano muitas vezes ainda se pauta na concepção keynesiana na qual o controle da recessão fundamenta-se na criação de uma demanda monetária via gastos públicos e estímulo a gastos privados de consumo que atraíam investimentos (Keynes, 1954). Todavia, o aquecimento excessivo da demanda que poderia favorecer às pressões inflacionárias, pressupondo o controle pela redução de gastos com a redução da liquidez da economia (Kleim, 1948), esbarra, pelo menos no Brasil, na fragmentação do espaço político e na existência de grupos cujas ações se revestem de protecionismo, compartimentalizando espaços econômicos inviabilizadores ou a retardar o necessário processo de ajustamento via mecanismos de mercado, amordaçando as ações políticas governamentais no atual momento, tornando mais pungentes os problemas sociais, a exemplo da violência, do desemprego e das falências, graças à desatenção às realidades meritórias como a flexibilidade dos preços e salários. Isso explica, supõe-se, em parte, as dificuldades atuais, quando se busca uma economia que emancipe a vinculação de preços e salários, responsável pela pusilanimidade e desajustamento ou oposição às coerções internas e embates externos (Rossi, 1987).

O desenvolvimento econômico desigual dos países latino-americanos, onde o Brasil, a Argentina e o México se sobrepõem aos demais, devido ao processo de industrialização e urbanização desenvolvido após a Segunda Guerra, sancionou a estes países uma relativa autonomia no âmbito diplomático e certa participação no comércio internacional. Contudo, o exagero das regulamentações da política econômica a partir dos anos 50, provocou o enrijecimento econômico prolongando a transição que ora se efetua, no caso brasileiro, como consequência do fechamento do mercado de trabalho e desvirtuação dos preços concernentes, muitas vezes pelas atitudes sindicais extremadas, culminando na chamada década perdida, ainda a se arrastar nos dias de hoje.

A complexidade e agravamento da situação econômico-social brasileira, acentuada nos anos 80, em face da crescente dívida externa, comprometeu consideravelmente a relação do Brasil com países e instituições financeiras, como o FMI, de forte influência norte-americana, apesar da dramática situação dos anos 70 e 80 ter desvanecido parte da arrogância keynesiana caracterizada por idéias relativas às crises econômicas ao negar a eficácia dos mecanismos espontâneos existentes nos países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos como querem alguns. A etiologia da hegemonia norte-americana, de cunho evidentemente expansionista, esboçou-se no século passado (1893) com a conhecida Doutrina Monroe que estabelecia apoio à independência das nações latino-americanas e a proibição a países não-americanos em empreendimentos colonialistas no continente, o que caracterizou a política do Big Stick (Schilling, 1984) ainda presente, como se pode constatar nas questões relacionadas em especial à Amazônia, a exemplo da Nação Yanomami.

As imensas áreas existentes no Brasil, representativas de reservas e recursos ainda incomensuráveis, o gigantismo territorial que o destaca como quarto país em terras contínuas, o imenso potencial econômico relativo a volume de produção total (entre os dez maiores do mundo), o fato de possuir a maior população da América Latina o que o configura como grande mer-

cado consumidor, o privilégio lindeiro com outros países da América do Sul (com exceção do Equador e do Chile), marca o brasileiro com certa dose de jactância, impregnando-o da convicção de futura potência mundial, a provocar melindres nos demais países, na suposição de se auto-atribuir a hegemonia regional, particularmente em relação à Argentina que igualmente medrou sentimentos ufanistas.

O desmantelamento do socialismo europeu e a implosão da ex-União Soviética, carregam a complexidade dos problemas referentes às rotas de comércio internacional, relações com países vizinhos, afora os problemas internos e peculiares dos trinta países latino-americanos, diferenciados da América Anglo-Saxônica .

Os atuais ressentimentos regionais podem estar contidos nos ressentimentos históricos advindos da prática da política oficial de então, podendo-se aventar a hipótese de que tais ressentimentos assemelham-se ao que ocorre nas relações do Brasil com os países latino-americanos segundo analisa Camillo Côrtes (1995) ao se referir aos fatores favoráveis, fatores negativos e fatores inibidores.

A pertinência da colocação deriva da fusão dos três complexos regionais* que constituem o Brasil, onde os projetos contestatórios deveriam ser marcados pelos fatores nacionais favoráveis, eliminando as dificuldades originadas pelo isolamento regional que outrora impediu a troca de experiências, considerando-se que as migrações, sobretudo para o Brasil Platino, não tiveram retorno, e onde a unidade nacional assentou-se nas oligarquias regionais que conferiu aqueles governos, o controle sobre o chefe de Estado e da máquina administrativa através do Congresso.

A atual crise brasileira, deve-se ao desaparecimento da organização que mantinha unidos os interesses regionais, configurados no controle do Congresso, condição indispensável, apesar do Presidencialismo, por setores politicamente dominantes, revelando nos dias de hoje uma sensação de desconforto pelo reconhecimento da não superação das divergências regionais, aqui consideradas como fatores nacionais negativos, a se evidenciarem em fatos políticos como o separatismo gaúcho; no sentir-se excluído das elites nordestinas que almejam livrar-se do que consideram imperialismo paulista; na idéia paulista de que o estado sozinho poderia ser um país; e no descuido do Estado com a região Amazônica, considerada geopoliticamente zona amortecedora para a segurança do Nordeste e do Oeste, uma área legal para se investir e ganhar dinheiro, onde os movimentos ecológicos alardeiam a dependência mundial da preservação das florestas do Norte, podendo, algumas vezes, encobrir interesses estrangeiros, intensificados diante do abandono político, social e econômico de parte do território nacional (Ferreira, 1993, p.97-101).

O reconhecimento de que só recentemente as regiões Norte e Oeste estão sendo ocupadas, especialmente a Amazônia, através de uma mudança do processo econômico superando o extrativismo e quebrando o isolamento com o Sul e Sudeste do país, iniciou-se com a construção da Belém-Brasília. Embora estivesse presente na visualização dos grandes problemas desde o período colonial, a ocupação do Norte ficou condicionada pelas limitações e características temporais que transformaram o Brasil Amazônico em região exportadora de toda a produção e importando para próprio consumo, sendo por isso a mais penalizada das regiões, pelas variações do mercado internacional (Osiris da Silva, 1962, p. 63).

O desinteresse do governo Central na questão do Acre, demonstra claramente o descaço do Poder Central da República pelo Norte, ante o impudor da interferência norte-americana que explode com a entrega do Acre ao Bolivian Syndicate, chefiado pelo filho do então presidente Roosevelt, tendo como figura de proa o embaixador boliviano Felix Aramayo. Somente depois do comunicado do então Ministro das Relações Exteriores Barão do Rio Branco (24 de Janeiro de 1903), observa-se uma mudança na atitude do Governo Federal , concretizada no Tratado de Petrópolis (Lima, 1952).

* *Brasil Platino, Brasil Atlântico e Brasil Amazônico.*

Na segunda metade do século passado, embora estivesse integrada politicamente ao Estado, a Região Norte encontrava-se profundamente desgastada pelas lutas nativistas, responsáveis pela desorganização da produção extrativista, agrícola e pecuária, considerando-se que as tropas revolucionárias eram constituídas dos braços a desenvolver aquelas atividades, além dos surtos de varíola e de malária contribuindo para o esvaziamento populacional da região, e a emigração de produtos como o café para o Sudeste (Rio e São Paulo) e o cacau para o Nordeste baiano (Osiris da Silva, 1962).

A Região Centro-Oeste configura-se como região periférica, na medida em que se apresenta como uma extensão da Amazônia, e está ligada historicamente a São Paulo através da pecuária, além de abrigar o Distrito Federal, o que de certa forma acelera e favorece seu processo de integração ao conjunto nacional.

A conformação do Brasil Platino decorre do desenvolvimento industrial a partir da Segunda Guerra, da mecanização do campo e da imigração estrangeira, centralizando a vida econômica e cultural do país, simultaneamente a uma acelerada urbanização do sistema social, demonstrando que além das diversidades regionais, crescem as desigualdades sociais nos centros urbanos, onde a tessitura social apresenta uma evolução assustadora configurando o Brasil sob o peso da regionalização territorial caracterizando os fatores nacionais inibidores nos contrastes rurais e urbanos, e na diversificação no espaço urbano, carreando a complexidade de possíveis soluções, na medida em que os centros de decisão extrapolam atualmente as fronteiras nacionais, tal como previu Menezes Côrtes (1958), cuja análise mais aprofundada vem sendo efetuada no trabalho desenvolvido por esta autora, onde a visão comedida fundamenta-se em grande parte na visão de Latouche (1994) sobre o empobrecimento cultural - do qual o Ocidente é em grande parte responsável -, conduzindo à interrogações sobre a barbárie contemporânea, na qual a comunicação entre as diferentes culturas só existirá se houver disposição à concessões baseadas na reciprocidade. Entretanto, considerando-se que "As nações não têm amigos: têm interesses" (Camillo Côrtes, 1995), constatar-se-á a fraude de uma pseudo universalidade imposta de forma violenta, e perpetuada na negação da Outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - **ANUÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL. O mundo hoje.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.
- 2 - BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois.** Manaus: Editora Umberto Calderaro (Coleção Amazoniana-1), 1977.
- 3 - CAPMILLO CÔRTEZ, Marcos Henrique. **Panorama Geoestratégico do Terceiro Milênio.Perspectivas para o Brasil.** Rio de Janeiro: Doc. Confidencial, Exemplar No. 01, 1995.
- 4 - FERREIRA, Oliveira S. *Reflexões sobre a Nação e a Amazônia.* In: D'INCAO, Maria Angela & SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- 5 - LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaios sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- 6 - LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem.** São Paulo: Editora Nacional, 1945.
- 7 - MENEZES CÔRTEZ, Geraldo de. **Migração e colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros), 1958.
- 8 - OSIRIS DA SILVA, Luiz. **A luta pela Amazônia.**São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
- 9 - KEYNES John Maynard. **General theory of employment, interest and money.** [fonte fotocopiada: dados incompletos].
- 10- KLEIM, Lawrence. **The keynesian revolution.** New York: The Macmillan Company, 1948.
- 11- ROSSI, Clóvis. **A contra-revolução na América Latina.** Campinas: UNICAMP/ATUAL, 1987.
- 12- SCHILLING, Voltaire.**EUA x América Latina: as etapas de dominação.** Porto Alegre: Mercado Aberto Editora e Propaganda, Série Revisão (12), 1984.